



Associação Mutualista

Montepio

PROGRAMA DE AÇÃO E ORÇAMENTO 2021

Nota Introdutória

O presente **PROGRAMA DE AÇÃO E ORÇAMENTO PARA 2021**, que se submete à deliberação da Assembleia Geral, foi elaborado e aprovado pelo Conselho de Administração em 9 de dezembro de 2020, em conformidade com o disposto na alínea j) do Artigo 33º dos Estatutos e a habitual prática de governo do Montepio Geral Associação Mutualista.

Este documento foi, como habitualmente, submetido ao parecer do Conselho Fiscal, em 14 de dezembro de 2020, o qual se encontra anexo a este documento.

Índice

Mensagem do Conselho de Administração.....	3
1. Evolução do contexto.....	4
2. Síntese do desempenho de 2020.....	6
3. Programa de Ação e Orçamento para 2021.....	10
3.1 Orientações estratégicas e medidas de ação.....	10
3.2 Objetivos orçamentais para 2021	13
3.3 Balanço Previsional	14
3.4 Demonstração de Resultados Previsional	15
Glossário	16

Mensagem do Conselho de Administração

Nas páginas seguintes, o Conselho de Administração submete à deliberação dos Associados o Programa de Ação e Orçamento para o próximo ano de 2021, acompanhado do parecer do Conselho Fiscal.

O novo modelo de governo associativo compreende atualmente, para além da Assembleia Geral e da Mesa da Assembleia Geral, uma Assembleia de Representantes e os atuais Conselho Fiscal e Conselho de Administração. Como se descreve em ponto próprio deste documento, completar esta estrutura de governo e implementar todas as restantes alterações, decorrentes dos novos estatutos, constitui uma importante área de trabalho, a completar no próximo ano, tão rapidamente quanto possível.

Para além da implementação dos novos Estatutos, outras medidas de adaptação aos requisitos do novo quadro regulatório, decorrente do Código das Associações Mutualistas, continuarão a dominar a gestão e a atuação no próximo ano e nos anos seguintes até 2030, que correspondem ao período transitório para o novo regime de supervisão financeira da ASF - Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Em simultâneo, o Montepio Geral Associação Mutualista - MGAM terá de dar resposta a inúmeros desafios, impostos pelo contexto externo e decorrentes das condições internas, a que este Programa de Ação se dirige, propondo um conjunto de medidas com vista a aumentar e potenciar o valor do mutualismo na sociedade atual, como uma forma de organização de pessoas, que assegura uma efetiva redistribuição do valor gerado, em prol da coesão social.

Um dos principais desafios do MGAM relaciona-se com a preservação da confiança dos associados e a sua unidade, em torno da defesa dos valores do mutualismo, do associativismo e da própria Associação. O MGAM tem sido constantemente objeto de notícias, muitas vezes distorcidas e alarmistas, que comprometem a sua imagem e boa reputação e que muito prejudicam a Associação, porque minam a confiança dos Associados, bem como o trabalho e a motivação dos colaboradores de todo o Grupo Montepio.

Mas, felizmente, com o esforço notável dos trabalhadores e a vinculação e maturidade associativa exemplar dos Associados tem sido possível contrariar os impactos de tais notícias e manter a resiliência da Associação, que, em 2020, dado o perfil da sua atividade, orientada para as aplicações de poupança para precaução, previdência e proteção, não obstante a pandemia, tem crescido e obtido uma melhoria dos indicadores de desempenho, acima dos objetivos, como se dá conta nas páginas seguintes.

Os tempos de pandemia em que vivemos, tão inéditos e incertos, recomendam maior unidade e solidariedade entre todos, particularmente entre os associados mutualistas, que, na sua pluralidade, deverão empenhar-se em encontrar vias de diálogo e de comunhão, em benefício da Associação, que todos representamos e defendemos.

Estamos convictos que, em diálogo e em benefício dos valores maiores do associativismo mutualista, como certamente aconteceu ao longo da sua existência, de 180 anos, teremos condições para preservar e desenvolver esta grande obra coletiva que é o Montepio Geral Associação Mutualista, legado de gerações, de que tanto nos orgulhamos e que a todos cumpre defender.

O Conselho de Administração reafirma o seu empenho em honrar todos os compromissos assumidos para com os Associados, no cumprimento deste programa de ação e orçamento, na aplicação dos princípios e valores mutualistas e na defesa da nossa Associação, respeitando todos e cada um dos associados, aos quais dedica todo o trabalho e esforço no dia a dia e a quem agradece a solidariedade, própria da nossa natureza, que explica a força deste projeto social, que vem de tão longe e é tão atual e importante para o futuro.

Com votos de Festas Felizes e de um ano de 2021 cheio de saúde e de boas realizações, apresentamos calorosas saudações mutualistas.

P'lo Conselho de Administração,
Presidente

1 Evolução do Contexto

Depois de 2 anos com níveis de crescimento económico positivos, embora em desaceleração, o ano de 2020 foi drasticamente marcado pelos impactos da pandemia provocada pela Covid-19, devido às necessárias medidas de confinamento, que provocaram um rápido efeito negativo na atividade económica.

A diminuição de atividade foi transversal a praticamente todos os setores económicos, com especial destaque para o turismo, a restauração e os transportes.

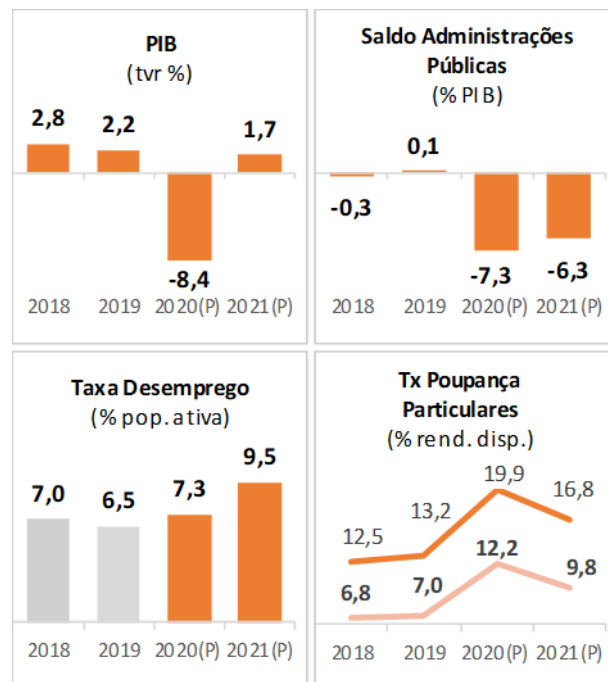
Ao longo do ano, a oscilação entre diversos estados de confinamento/emergência no país, em linha com a evolução do número de infetados pela Covid-19, provocaram diferentes graus de impacto na Procura Interna e, consequentemente, no **Produto Interno Bruto (PIB)**, que registou decréscimos em cadeia, de -4,0% e -13,9%, nos 1º e 2º trimestres do ano, e um crescimento, de 13,3%, de julho a setembro, dado o levantamento de restrições e ligeira retoma da atividade turística nessa altura do ano.

Esta evolução, conjugada com o agravamento da situação pandémica nos últimos meses, com implementação de novas medidas de confinamento, deverão contribuir para uma **quebra do PIB em 2020**, que deverá atingir entre -8,4% (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico - OCDE) e -10,0% (Fundo Monetário Internacional - FMI). A quebra do PIB será transversal a todas as suas componentes, destacando-se a diminuição do **consumo privado**, num valor previsto de -7,3%, dadas as restrições à mobilidade da população e a redução das despesas de consumo por precaução e perda de rendimentos. Também as **exportações** têm sido fortemente afetadas, com um decréscimo estimado de -21,3%, com a redução da procura externa e a quebra da atividade turística.

A **construção** tem sido um dos setores que tem revelado menor impacto da crise, apresentando uma quebra homóloga do seu índice de produção de apenas -2,2% em set.20, contribuindo para atenuar o decréscimo do **Investimento**, que se deverá situar em -4,2%.

A **taxa de desemprego** inverteu a tendência de redução dos últimos anos e, não obstante as medidas de apoio estatal às empresas para preservar os empregos, designadamente o regime de *layoff* simplificado, traduziu os efeitos negativos da pandemia na atividade

empresarial, registando 7,5% em outubro (estimativa do INE) sendo expectável que o seu valor anual se fixe entre 7,3% (OCDE) e 8,0% (FMI) em 2020.



Fontes: INE; OCDE; Comissão Europeia
(P) - Previsão

A redução da procura deverá contribuir para que Portugal entre num período de **deflação** em 2020, estimando-se que o IHPC (Índice Harmonizado de Preços no Consumidor) atinja uma variação de -0,2%, a qual se deverá estender ao próximo ano.

Depois de um longo processo de ajustamento orçamental, que culminou, em 2019, com um saldo positivo das contas públicas, de +0,2% do PIB, representando o primeiro superavit de todo o período da democracia portuguesa, os efeitos negativos da pandemia no saldo das contas públicas em 2020 têm sido consideráveis, motivados pelas diversas medidas de apoio às empresas para preservar os postos de trabalho e preservar as atividades e pelo reforço dos meios clínicos necessários para a contenção do surto pandémico.

No primeiro semestre deste ano o **saldo das contas das administrações públicas**, publicado pelo INE, já atingiu um valor negativo de -5,4% do PIB, estimando-se que continue a aumentar até ao final do ano, e que se fixe em -7,3%.

Por forma a combater, de forma mais eficaz, os efeitos negativos da pandemia na economia e na sociedade, o governo português aprovou um Plano de Estabilização Económica e Social, com medidas de combate aos efeitos da pandemia, o qual incorporou o Orçamento Suplementar aprovado a 3 de julho de 2020.

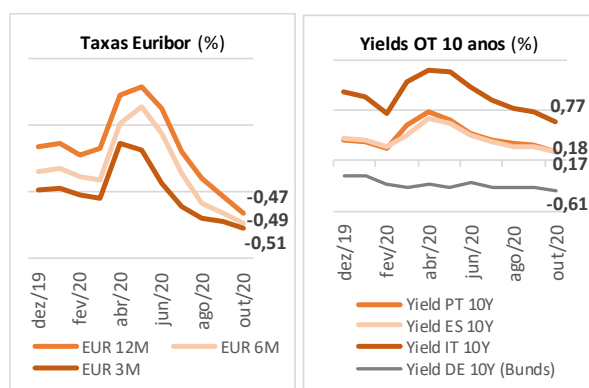
A nível europeu foi aprovada a criação de um Fundo de Recuperação, no valor de 750 mil milhões de euros (mM€), a distribuir pelos diversos Estados-Membros da União Europeia. Portugal deverá ter acesso a uma verba que rondará os 56 mM€, sendo 45 mM€ a fundo perdido e 11 mM€ em forma de empréstimos, destinados a medidas de revitalização da economia. Estas medidas incorporam o Plano de Recuperação e Resiliência elaborado pelo governo português, o qual prevê o investimento de 3,2 mM€ em áreas sociais.

Em 2020, a capacidade de financiamento da economia portuguesa deverá deteriorar-se, com o saldo da **balança corrente e de capital** a registar um défice, estimado em -0,6% do PIB, face a +0,9% em 2019.

A **taxa de poupança dos particulares** evidenciou um aumento face a 2019, estimando-se que atinja 12,2% do rendimento disponível em 2020, embora ainda abaixo dos níveis médios europeus. Esta evolução terá sido motivada pela canalização dos rendimentos das famílias para poupança, como forma de precaução, dada a instabilidade económica e social provocada pela pandemia.

Nos **mercados financeiros** as taxas de juro de referência de curto prazo – Euribor – mantiveram-se negativas e com tendência de descida durante praticamente todo o ano de 2020.

Esta evolução tem contribuído para a manutenção da descida da taxa de juro média de mercado dos depósitos de particulares, a qual se aproxima de 0%.



Fonte: BCE

Tal como nas taxas de juro de curto prazo, as taxas de juro das dívidas públicas europeias apresentaram uma tendência descendente ao longo do ano, apesar do pico entre março e abril. O rendimento implícito (*yields*) das **Obrigações do Tesouro português** a 10 anos situou-se em 0,18%, em outubro 20, face a 0,41% em dezembro 19.

Após a estabilização verificada em 2019, o **mercado da habitação** apresentou, em 2020 uma tendência indefinida, verificando-se um aumento da valorização dos preços médios habitacionais no 1º trimestre do ano, de +10,3%, seguido de uma desaceleração no 2º trimestre para +7,8%.

Para **2021** a conjuntura económica continuará a ser marcada pelos efeitos negativos da pandemia, ao nível da atividade, do emprego e das contas públicas, sendo o ritmo de recuperação incerto e muito dependente da execução do plano de vacinação da população.

Neste cenário de incerteza, as previsões para a economia portuguesa foram revistas em baixa pela OCDE no início de dezembro, com crescimento do **PIB** de apenas +1,7% e uma subida da **taxa de desemprego** para 9,5%.

As **contas públicas** deverão manter um défice ainda elevado, de 6,3% do PIB, embora mais reduzido face a 2020, contribuindo para o aumento da dívida pública que se prevê vir a atingir cerca de 140% do PIB.

A **taxa de poupança** deverá diminuir ligeiramente face a 2020, mantendo-se, contudo, a níveis mais elevados quando comparada com o passado recente.

A nível do contexto regulamentar é de destacar a publicação da Norma Regulamentar 3/2020 - R da ASF, relativa à prestação inicial de informação por parte das associações mutualistas identificadas na aplicação do regime transitório de supervisão previsto no Decreto-Lei n.º 59/2018, de 2 de agosto, que aprova o Código das Associações Mutualistas.

Por último, é de referir neste ponto que a situação pandémica e o confinamento dela decorrente, acelerou o desenvolvimento da **sociedade de informação**, que motivou o aumento exponencial do acesso à internet e do comércio on-line, reforçando, igualmente, a prestação de serviços à distância e o teletrabalho. Esta evolução veio acentuar o importante desafio, entre outros, da **transição digital** para o futuro imediato das instituições, através da adoção de estratégias de automação e digitalização dos processos e serviços.

Síntese do desempenho de 2020

O ano de 2020 tem sido um ano absolutamente extraordinário na vida de todos. A tomada de medidas de contingência para responder à situação pandémica dominou a atuação do MGAM e das entidades do Grupo Montepio, na proteção dos colaboradores e no apoio aos associados, aos clientes e utentes do Grupo. Cremos que os esforços despendidos neste domínio nas diversas frentes permitiram mitigar as consequências negativas da pandemia.

Em paralelo com o combate aos impactos da pandemia, a gestão e a atividade do Montepio Geral Associação Mutualista (MGAM) concentraram-se na concretização do Programa de Ação e Orçamento de 2020, aprovado na Assembleia Geral de 30 de dezembro de 2019, o qual correspondeu ao segundo ano de execução das Linhas de Orientação Estratégica definidas para o triénio 2019-2021, aprovadas pelo Conselho Geral, em 13 de novembro de 2018.

Atendendo à visão estratégica definida, de prosseguir a afirmação do MGAM como a principal entidade mutualista, dinamizadora da economia social em Portugal, aprofundar os vínculos com os seus associados, através de uma oferta abrangente, de modalidades e benefícios diversos, empenhada em contribuir para a melhoria da qualidade de vida e bem-estar social, proporcionando serviços de qualidade, foram definidos 6 eixos estratégicos de orientação para o triénio 2019-2021, que se recordam:



Em cada um destes eixos encontram-se definidas diversas ações ou medidas estratégicas, cuja concretização, pelas unidades orgânicas do MGAM durante o ano de 2020, se descreve em seguida.

➤ Medidas concretizadas no âmbito do Eixo 1 - Preparar a adaptação aos novos requisitos regulatórios

Este eixo refere-se às medidas, que visam a adaptação do MGAM ao novo regime de supervisão da ASF (Autoridade

de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões), definido no novo Código das Associações Mutualistas (DL 59/2018, de 2 de agosto), o qual define um período transitório de 12 anos, com reforço dos mecanismos de governo e de controlo interno.

Neste domínio, as prioridades de atuação para 2020 foram a elaboração e aprovação, pela Assembleia Geral, dos novos estatutos, em alinhamento com os novos requisitos do Código das Associações Mutualistas (CAM), os quais, após a respetiva submissão e parecer concordante das autoridades de tutela e de supervisão, foram registados, tendo entrado em vigor em 2 de novembro de 2020.

Em conformidade com o CAM, os novos Estatutos implicaram uma alteração do modelo de governo associativo, que passou a estruturar-se na Assembleia Geral (AG), numa Assembleia de Representantes (AR), no Conselho de Administração (CA) e no Conselho Fiscal (CF).

Deste modo, decorrente da entrada em vigor dos novos estatutos, foi extinto o Conselho Geral, cujas funções, essencialmente de aprovação das linhas de orientação estratégica, elaboradas pelo Conselho de Administração estão atribuídas a este órgão.

As funções de controlo e fiscalização continuam a ser exercidas pelo Conselho Fiscal, que se mantém em atividade, assim como o Conselho de Administração.

Neste domínio são de destacar, para além de um reporte mensal regular, iniciado em 2020, os trabalhos de prestação inicial de informação à ASF, previstos na Norma Regulamentar nº 3/2020 - R, publicada pela autoridade em 2 de junho de 2020, e que envolveu a prestação de informação baseada no regime de solvência, incluindo a preparação e reporte do Plano de Convergência 2020-2029 para adaptação ao novo regime de solvência durante o período de transição.

Em 2020, prosseguiu a implementação das funções-chave, e o reforço do *framework* de políticas, em alinhamento com todos os princípios presentes na legislação. Ainda estão em curso um conjunto de iniciativas para reforço do sistema de gestão de riscos e controlo interno, incluindo o reforço dos mecanismos de identificação, avaliação e monitorização de riscos, abrangendo os principais riscos a que o MGAM e o Grupo estão expostos e os principais processos e atividades internos. Ao nível dos meios, decorre a adequada dotação de quadros e desenvolvimento de sistemas, nomeadamente, de gestão de riscos.

Foram também constituídos Comités de apoio ao Conselho de Administração, de que se destaca: o Comité Estratégico do Grupo, que tem por missão promover o alinhamento estratégico das empresas do Grupo com as finalidades do MGAM e o interesse dos associados, sem prejuízo da autonomia própria e regulamentar de cada entidade, bem como acompanhar projetos estratégicos e transversais ao Grupo Montepio, com vista a alcançar

sinergias estratégicas; e o Comité de Controlo de Custos, visando assegurar a monitorização sistemática dos custos, dinamizar medidas de otimização e eficiência e o controlo do orçamento de custos, tendo realizado já 17 reuniões de trabalho desde o início do ano até ao presente.

➤ **Medidas concretizadas no âmbito do Eixo 2** *- Prosseguir a racionalização e a otimização das participações e do funcionamento*

Neste eixo, o MGAM empreendeu, ao longo do ano de 2020, ações com vista à racionalização e agregação das empresas do Grupo Montepio, como seja a fusão das empresas ligadas ao setor imobiliário – Germont, Empreendimentos Imobiliários, S.A. e Montepio Imóveis, Sociedade Imobiliária, S.A. na Bolsimo, Gestão de Ativos, S.A., que se encontra em curso, assim como a racionalização das participações na área da gestão de ativos, envolvendo as empresas Montepio Gestão de Activos, S.A. e Montepio Valor, S.A..

Prosseguindo a estratégia de alargamento da oferta do Grupo nos domínios da satisfação de necessidades sociais, designadamente habitacionais e de cuidados de saúde, o MGAM continuou, em 2020, a realizar investimentos na expansão da oferta de serviços residenciais para estudantes e de residências e cuidados de saúde para a população sénior.

Prosseguiu a dinâmica da atividade da Montepio Residências para Estudantes, S.A., com 6 residências, em 2020, tendo aberto uma residência na cidade do Porto. Por seu lado, a Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A., passou a contar com 8 residências sénior em atividade, de norte a sul do país, com a abertura de mais duas residências, em Lisboa – Entrecampos e em Albergaria-a-Velha.

Merece ainda referência neste eixo estratégico, a continuação do reforço do processo de controlo de gestão, designadamente a nível do reporte das empresas do Grupo.

➤ **Medidas concretizadas no âmbito do Eixo 3** *- Vincular os Associados e aumentar as receitas associativas*

Ao longo de 2020, o MGAM prosseguiu os esforços no sentido de vincular e reter a base de associados, tanto por via da atuação diária dos gestores mutualistas, como com ações específicas para o efeito e, através dos canais complementares aos canais presenciais, os quais passaram a ter maior relevância no contexto de pandemia.

Com o objetivo de aumentar as receitas associativas, continuou-se a promover a dinâmica de contactos antecipados com os Associados com modalidades a

vencer e a estruturar iniciativas cruzadas entre modalidades mutualistas e benefícios complementares.

Foram promovidas diversas ações orientadas à dinamização da subscrição e, por conseguinte, aumento da vinculação, nomeadamente, campanhas de admissão suportadas em ofertas resultantes de patrocínios.

Adicionalmente, foram dinamizadas campanhas de captação de novos associados em diferentes períodos do ano. A título de exemplo, destaca-se a oferta temporária do valor da jóia na admissão de associados com idade menor ou igual a 10 anos e a oferta temporária do valor da jóia na admissão de associados no mês do 180º aniversário do MGAM.

Por fim, neste eixo, o mês de outubro de 2020 marca uma alteração de paradigma, com a veiculação de mensagem sobre a possibilidade de admissão sem necessidade de abertura de conta ("sem mudar de banco"), adequando-se assim às necessidades e preferências dos associados.

➤ **Medidas concretizadas no âmbito do Eixo 4** *- Desenvolver a proposta de valor e a oferta mutualista*

Neste âmbito, foi aprovada, na Assembleia Geral de 15 de outubro, a revisão parcial do Regulamento de Benefícios, para adequar as taxas técnicas das modalidades atuariais do Grupo III, e outras condições de algumas modalidades de capitalização, às condições de mercado.

Relativamente ao desenvolvimento da oferta de modalidades, iniciaram-se os estudos para a criação de uma modalidade base de saúde, que incorpore os atuais benefícios do cartão Montepio Saúde e, encontra-se em estudo o desenvolvimento de outras modalidades de proteção social.

Já ao nível da oferta de outros benefícios complementares é de destacar a reformulação do Programa Vantagens para melhor aproveitamento das parcerias, a sua diversificação e a simplificação da estrutura de descontos, tendo em vista o alargamento dos benefícios para os associados às diferentes fases do seu ciclo de vida e adequação ao seu perfil e necessidades.

➤ **Medidas concretizadas no âmbito do Eixo 5** *- Potenciar e diversificar os canais de relação associativa*

Em 2020, foi realizado um estudo, denominado "Gestores Mutualistas 2020", com o objetivo de identificar as necessidades de formação e elaborar o adequado programa de formação que permita a esta rede melhorar, cada vez mais, o apoio aos associados. Por forma a permitir a adequada mobilidade, esta rede

de Gestores Mutualistas está a ser dotada dos meios necessários que permitam o apoio ao associado fora dos pontos de contacto habituais (e.g. atribuição de computador portátil e acesso móvel à internet).

Com o objetivo de alargar a expressão do mutualismo, no segundo semestre de 2020, foi implementado um novo canal, de apoio à rede de mediadores, o qual integra a Direção da Rede Mutualista, estando em curso, o desenvolvimento de um sistema de gestão, que permita potenciar o processo de dinamização e monitorização do canal.

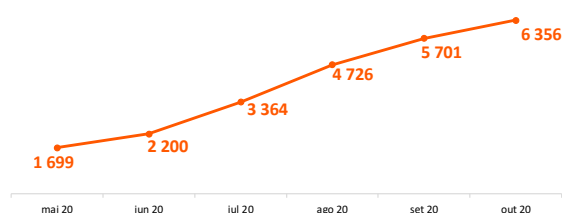
Também se encontra em desenvolvimento, em parceria com o Banco Montepio, uma ação de reforço e atualização da formação da rede sobre a oferta mutualista de modalidades e benefícios inerentes à condição de Associado.

Neste eixo estratégico destaca-se o lançamento, em maio 2020, do portal *My Montepio*, que marca uma significativa transformação na relação do MGAM com os seus associados. Este portal permite a visualização, simples e intuitiva, da relação do Associado com o MGAM, modalidades e benefícios complementares obtidos em descontos nos parceiros, permite também, nesta primeira fase, a subscrição digital de modalidades de capitalização Montepio Capital Certo, bem como registar intenções de subscrição para as outras modalidades.

Este canal, com acesso via *Web*, não implica integração na *APP*, permite efetuar, em segurança, a identificação e autenticação do associado, possibilitando uma interação intuitiva e informação integrada sobre a relação do Associado com o MGAM.

O *My Montepio*, obteve, ao longo do ano, uma adesão crescente por parte dos associados, tendo, no final do mês de outubro 2020, 6 356 associados registados.

Evolução das adesões ao MY Montepio (#)



➤ Medidas concretizadas no âmbito do Eixo 6 - Aprofundar a transformação digital do MGAM

O ano de 2020 fica marcado pela digitalização das jornadas de subscrição de modalidades de capitalização e, pelo início do desenvolvimento da digitalização das jornadas de subscrição de outras modalidades de poupança e das modalidades de proteção.

Ainda neste domínio tecnológico é de relevar a implementação da primeira fase da ferramenta Microsoft *Power BI*, como sistema de gestão de informação do MGAM, que abrangeu as áreas de controlo da atividade, por tipologia de modalidade e por canal. Também foi iniciada a segunda fase do projeto, que irá incluir informação relativa à contabilidade, ao controlo financeiro, de gastos e resultados.

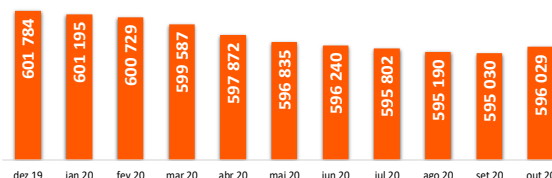
Atendendo ao *supramencionado* e, não obstante o contexto de pandemia de COVID-19, que tem marcado o ano de 2020, concluiu-se que o nível de execução das orientações e medidas estratégicas está em linha com o que era exetável para 2020.

Principais Indicadores de Desempenho em 2020

Relativamente à evolução e concretização dos objetivos do Orçamento de 2020, evidencia-se, até final de outubro, um desempenho mais favorável do que o previsto nas variáveis de atividade, resultados e financeiras, tal como se descreve em seguida.

- A base de Associados atingia 596 029, no final do passado mês de outubro, conforme se visualiza no gráfico seguinte.

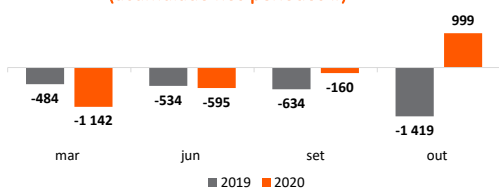
Evolução mensal da base de associados em 2020 (#)



- Após a evolução descendente da base de associados até final do 1º semestre, verificou-se, a partir daí, alguma estabilização, que, em outubro, já se traduziu numa variação positiva. Sendo expectável, que, no final do ano, o número de associados se situe na ordem dos 600 mil, ficando, no entanto, abaixo do objetivo.

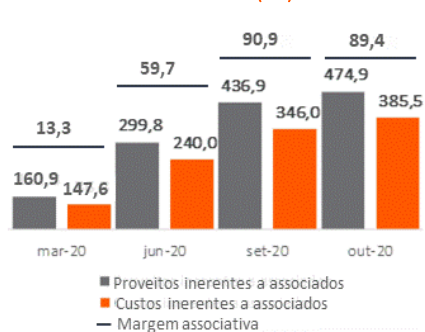
- Evidencia-se a evolução do fluxo acumulado de entradas e saídas de associados em 2020, por comparação com os períodos homólogos do ano anterior, em que se releva o fluxo positivo em outubro, indício de inversão da tendência anterior.

**Evolução do Fluxo líquido de associados
(acumulado nos períodos #)**



- Os proveitos inerentes a associados, decorrentes das poupanças mutualistas captadas (que incluem, jóias, quotas e capitais aplicados nas modalidades) atingiram, até outubro último, o montante de 475 milhões de euros. Este valor ultrapassa, em 4%, o valor objetivo do ano, previsto no Orçamento de 2020. Estima-se que, no final do ano, se venha a atingir um valor global de 547 milhões de euros em proveitos inerentes a associados (+91 milhões de euros do que o valor objetivo).

Evolução dos proveitos, custos e margem associativa (M€)



- Para a concretização destes valores contribuiu a dinâmica das redes de distribuição e relação com os associados, as diversas medidas empreendidas e, também, a emissão de 30 séries da modalidade Montepio Capital Certo, no montante de 304 milhões de euros, a qual continua a corresponder à preferência de aplicação de poupança dos Associados.
- A nível dos custos inerentes a Associados em que se incluem os vencimentos programados e os reembolsos antecipados das modalidades subscritas, registou-se um valor de 386 milhões de euros em outubro 2020, estimando-se um agravamento da sua evolução até final do ano, para 475 milhões de euros, devido ao impacto das notícias sobre a instituição nestas últimas semanas, à semelhança do que ocorreu em idênticas situações.
- Daí decorrente, a margem associativa, que totalizava 89,4 milhões de euros em outubro, deverá também sofrer esse impacto, estimando-se que não ultrapasse 72,4 milhões de euros no final do ano, ainda assim, será um valor acima do orçamentado de (60,6 milhões de euros).

- No final de 2020, o ativo deverá atingir um valor estimado de 3 555 milhões de euros, significando uma variação de 2,9% face ao valor de 2019 (3 456 milhões de euros).
- Tendo por base os valores já realizados até ao presente, que incluem resultados operacionais do ano de 2020 positivos, que comparam, muito favoravelmente, com os de anos anteriores e com os valores orçamentados, estima-se que, no final de 2020, os resultados recorrentes da atividade mutualista, isto é, sem considerar impactos de eventos exógenos, como sejam os provenientes dos testes de adequação das responsabilidades, em função do nível em que estiverem as taxas de mercado no final do ano, ou de valorizações ou desvalorizações de carteiras de imóveis ou de participações financeiras, sejam positivos em torno de 12,6 milhões de euros.
- Para esta estimativa de resultados da atividade recorrente no final de 2020, deverão concorrer:
 - A melhoria dos resultados inerentes a associados, por via da relação, mais favorável, entre a margem associativa e a variação das provisões técnicas, que deverão atingir -4,3 milhões de euros (-48,9 milhões de euros em 2019);
 - Os resultados financeiros estimados em 26,7 milhões de euros, para o que contribuiu a melhoria do rendimento da carteira de títulos;
 - Os custos de atividade estimados em 28,7 milhões de euros, que representam uma redução, de 12,2%, face ao valor registado em 2019;
 - Os outros resultados de exploração, que incorporam os resultados associados às propriedades de investimento (imóveis de rendimento, que incluem residências sénior e de estudantes), no montante estimado de 10,0 milhões de euros, não considerando qualquer valorização dos imóveis (25,0 milhões de euros em 2019).
 - Os principais rácios de desempenho deverão atingir, no final do ano, melhorias face aos valores de 2019, designadamente em termos de eficiência, rentabilidade e cobertura das responsabilidades (ativo líquido / provisões técnicas), de 16,2%, no final de 2019, para 17,8%.

3

Programa de Ação e Orçamento para 2021

3.1 Orientações estratégicas e medidas de ação

A proposta de Programa de Ação para 2021 visa a concretização das medidas que estão por implementar no quadro das Linhas de Orientação Estratégica (LOE) 2019-2021

Da análise efetuada ao nível de execução alcançado em 2020 e da atualização da análise estratégica, interna e externa, levada a efeito, concluiu-se que as LOE definidas para o triénio 2019-2021, se mantêm adequadas, no sentido de dar resposta aos desafios e oportunidades que se perspetivam no contexto externo e de robustecer a Instituição para melhor responder aos constrangimentos e desafios específicos, designadamente os que decorrem do novo quadro regulatório.

As orientações que foram definidas visam concretizar a visão de *“prosseguir a afirmação do MGAM como a principal entidade mutualista, dinamizadora da economia social em Portugal, aprofundando os vínculos e a relação com os Associados, através de uma oferta abrangente, de modalidades de benefícios de segurança social e saúde e de produtos e serviços das entidades do Grupo Montepio, com uma atuação moderna, empenhada em contribuir para a melhoria da qualidade de vida e o bem-estar social, com a participação ativa dos seus Associados”*.

Foram mantidos os 6 eixos estratégicos de atuação, anteriormente definidos, para a prossecução desta visão.

1. Preparar a adaptação aos novos requisitos regulatórios

Em 2021 dar-se-á continuidade, com caráter prioritário, aos trabalhos de adaptação da associação aos requisitos do novo regime de supervisão financeira da ASF, previsto no Código das Associações Mutualistas (DL nº 59/2018) para as associações de maior dimensão. Neste domínio estão previstas as seguintes medidas:

- **Elaborar, aprovar e implementar o novo Regulamento Eleitoral**, em linha com as disposições dos novos Estatutos aprovados e já registados, por despacho de 26 de outubro de 2020 da Direção Geral da Segurança Social (DGSS) e em vigor desde 2 de novembro de 2020;

- Concretizar a **eleição dos membros da Assembleia de Representantes** e dos restantes órgãos, que terminam o mandato no final de 2021;
- **Adaptar os diversos processos e procedimentos e desenvolver todas as ações necessárias para a implementação dos novos Estatutos**, em alinhamento com os requisitos do novo Código das Associações Mutualistas
- **Concluir a operacionalização das “funções-chave” e completar o reforço dos recursos e competências** dos órgãos que exercem atividades relevantes de controlo interno;
- Concluir a formalização das **principais políticas e procedimentos de controlo interno**, assegurando o alinhamento com os requisitos aplicáveis aos MGAM, designadamente o Projeto de **adaptação à IDD** (*Insurance Distribution Directive*), de acordo com as especificações adequadas à natureza do MGAM;
- **Desenvolver a atuação dos Comités de apoio ao Conselho de Administração**, designadamente o Comité de Auditoria, de Risco e de Investimentos;
- Desenvolver os trabalhos de **implementação do Plano de Convergência para o novo regime de supervisão financeira e do Plano de Atividade** que lhe está associado, submetidos à ASF em setembro de 2020 e que abrangem o período de transição para esse novo regime, envolvendo a definição de processos, implementação de políticas e aplicações, para dar resposta aos novos requisitos;
- Promover o **controlo específico do Plano de Convergência** e a articulação com a ASF e com a Comissão de Acompanhamento, como necessário.

2. Prosseguir a racionalização e o alinhamento estratégico do Grupo

- Prosseguir a **racionalização do Grupo** e a análise das possibilidades e oportunidades de **desinvestimento**, ponderando impactos, numa ótica de **desconcentração do ativo, geração de valor e contributo para os requisitos de convergência** para o novo regime de supervisão;
- Desenvolver a **articulação com as empresas estratégicas** e os trabalhos do **Comité Estratégico do Grupo**, como órgão coadjuvante do MGAM, na concretização das medidas definidas neste eixo estratégico, designadamente as que seguem;
- Definir **Cartas de Missão** dos órgãos de governo e assegurar o alinhamento dos respetivos **Códigos de**

Conduta/Ética com os valores, finalidades e o Código de Conduta do MGAM;

- Elaborar o **Plano do Grupo**, que inclua **objetivos de geração de valor e níveis de retorno dos investimentos** efetuados no capital das principais Empresas Participadas, a incluir nos respetivos planos estratégicos e orçamentos anuais, consentâneos com os objetivos do Plano de Convergência;
- **Continuar a desenvolver o processo de reporte e controlo das empresas do Grupo**, em tempestividade e abrangência, conforme os novos requisitos do sistema de supervisão financeira e do Plano de Convergência;
- **Implementar o ACE (Agrupamento Complementar de Empresas) de Serviços Partilhados do Grupo Montepio** já estudado e analisar outras formas de centralização de funções e atividades comuns, de suporte e de staff, que permitam racionalizar recursos, obter sinergias e uma qualidade de serviço harmonizada, considerando o desenvolvimento digital do Grupo.

3. Aumentar e vincular os Associados e aumentar as receitas associativas

- Acentuar a atuação dos canais e gestores mutualistas nas iniciativas orientadas à **captação e ao rejuvenescimento dos associados**, designadamente a continuação das ações de **readmissão de Associados** (ex. inativos por quotas em atraso);
- Aprofundar **ações de prevenção de saídas** de associados, tendo por base análises de caracterização da perda associativa;
- Desenvolver campanhas/ações que permitam **incrementar o número de subscrições e o número de modalidades por associado**, considerando o respetivo estágio do ciclo de vida e o perfil de risco, entre outros aspetos;
- Reforçar a **regularidade das interações dos canais complementares e gestores com a base associativa**, potenciando a integração com a oferta de benefícios complementares do MGAM e a **participação dos associados nas iniciativas** culturais, lúdicas e de melhoria da qualidade de vida;
- **Dinamizar a colocação** das modalidades por parte dos canais e gestores mutualistas e a **reaplicação dos vencimentos**.

4. Desenvolver a proposta de valor e a oferta mutualista

- Dar continuidade aos trabalhos já iniciados para proceder a uma **reformulação mais profunda do Regulamento de Benefícios** que permita reestruturar as características da oferta atual e lançar novas modalidades, dirigidas a necessidades sociais emergentes, de saúde e proteção;
- **Prosseguir os trabalhos de revisão e adaptação das atuais modalidades** às necessidades dos associados e condições de mercado;
- Continuar a trabalhar na **conceção de novas modalidades**, como por exemplo, de saúde, proteção social (ajustada a modelos de trabalho não regular, não endereçados eficazmente pelos sistemas públicos de proteção), modalidades coletivas de previdência complementar e proteção na velhice (em articulação com serviços de saúde e residenciais prestados pelo Grupo), entre outras;
- Aproveitar todos os **benefícios propiciados pelas parcerias**, simplificar a estrutura de descontos, diversificar a base de parceiros e divulgar o **Programa de Vantagens**, designadamente através da plataforma **MyMontepio** e das relações com as empresas parceiras;
- **Desenvolver projetos imobiliários** orientados para suprir **necessidades em equipamentos sociais e habitação**, que permitam obter rendimentos e valorização patrimonial, em benefício dos associados, à medida das possibilidades financeiras e de liquidez, com a devida planificação e tendo por base os estudos de viabilidade;
- Desenvolver a ação do **Comité de Sustentabilidade** na promoção de políticas de sustentabilidade harmonizadas no seio do Grupo Montepio, a incorporar nos diversos processos de atuação e gestão;
- Desenvolver o papel da **Fundação Montepio** como entidade agregadora da política de responsabilidade social externa de todo o Grupo e prosseguir os apoios e ações de Responsabilidade Social, de forma ajustada à capacidade financeira disponível.

5. Potenciar e diversificar os canais de relação associativa

- Definir o desenvolvimento do **conteúdo funcional dos gestores mutualistas** como gestores de relação e de interação com a rede bancária;
- Promover a **mobilidade dos Gestores Mutualistas** para além do espaço de atendimento mutualista e reforçar a sua **formação**;
- **Reforçar a capacitação das equipas da rede de balcões do Banco Montepio** com formação, ferramentas e materiais de apoio;
- Efetuar os devidos estudos de adequação e estruturar o **modelo de relação entre Gestor Mutualista e o novo canal/Mediadores** – suporte operacional e de apoio local;
- Implementar um **modelo de capacitação** desse novo canal (formação, ferramentas e materiais de suporte) e o **modelo de acompanhamento e dinamização** do canal;
- Capacitar os **gestores de relação remota** com formação, ferramentas e materiais de suporte e formar uma **equipa de gestores especialistas para atendimento e gestão** da relação mutualista à distância;
- Aproveitar oportunidades de parceria com entidades da **Economia Social** como canais de relação e de dinamização e divulgação do mutualismo.

6. Otimizar o funcionamento e aumentar a digitalização

- Continuar a digitalização da **jornada de subscrição de modalidades** - modalidades de poupança e proteção;
- Desenvolver **funcionalidades de gestão à distância da relação mutualista**;
- **Simplificar os processos, automatizar** tarefas manuais e/ou com maior exposição ao risco operacional, **desmaterializar e digitalizar**, gradualmente, os processos;
- Prosseguir o aperfeiçoamento do **processo de orçamentação, gestão e controlo de custos** e a intervenção do **Comité de Controlo de Custos**;

- **Implementar os suportes aplicacionais** para os processos e funções no domínio da adaptação aos novos requisitos de supervisão financeira/solvência II;
- **Desenvolver a aplicação *Power BI*** para as áreas de Controlo Interno, Gestão Financeira e Gestão Corporativa.

3.2 Objetivos orçamentais para 2021

ATIVIDADE ASSOCIATIVA

(valores em milhares de euros)

Objetivos de Atividade Associativa	2019	2020	2021
	Realizado	Estimativa	Orçamento
Número de associados	601 784	596 279	602 000
Receitas associativas*	667 765	546 928	585 020
das quais:			
Modalidades atuariais			
<i>Atuais S/ Reservas Matemáticas</i>	23 476	23 191	23 633
<i>Montepio 5 em 5 + Capitais Diferidos com Opção</i>	53 057	44 650	64 359
<i>Montepio 18-30 + Capitais para Jovens</i>	4 775	4 278	7 190
<i>Outras quotizações</i>	2 829	2 479	2 641
Modalidades de capitalização, das quais			
<i>Capitais Certos</i>	420 225	344 826	349 160
<i>Poupança complementar</i>	139 719	107 726	116 720
<i>Poupança reforma</i>	9 384	6 492	8 175
Reembolsos e Vencimentos Programados	-623 928	-457 973	-460 095

* Incluindo jóias, quotas, capitais e outros proveitos

PRINCIPAIS INDICADORES

Indicadores económico-financeiros	2019	2020	2021
	Realizado	Estimativa ¹	Orçamento ¹
Crescimento do ativo líquido	-8,5%	2,9%	3,8%
Rácio de liquidez *	3,8%	4,0%	5,4%
Participações financeiras / Ativo	49,8%	48,4%	46,6%
Cobertura das responsabilidades por ativos líquidos **	16,2%	17,8%	19,9%
Custos operacionais / Produto da atividade ***	> 100 %	88,1%	84,8%
Rendibilidade do ativo ****	-11,3%	0,4%	0,5%

¹ Projeção da Demonstração de Resultados da atividade recorrente do MGAM, não considerando possíveis impactos exógenos, como sejam os provenientes dos testes de adequação das responsabilidades, em função do nível em que estiverem as taxas de mercado no final do ano, ou de valorizações ou desvalorizações de carteiras de imóveis ou de participações financeiras.

* (Disponibilidades + Aplicações em IC's) / Ativo

** ((Disponibilidades + aplicações em IC's + Carteira de títulos)/Provisões técnicas)

*** Produto da atividade = Resultados inerentes a associados+ Resultados financeiros + Outros resultados de exploração

**** Resultados líquidos / Ativo médio

3.3 Balanço Previsional

BALANÇO PREVISIONAL

(valores em milhares de euros)

	2019	2020	2021	Variações (%)	
	Realizado	Estimativa ¹	Orçamento ¹	2020	2021
Ativo líquido					
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	132 548	140 433	200 000	5,9	42,4
Ativos e investimentos financeiros	367 351	423 521	454 662	15,3	7,4
Investimentos em subsidiárias e associadas, dos quais:	1 721 595	1 720 834	1 720 834	0,0	0,0
<i>Ações da Caixa Económica Montepio Geral</i>	<i>1 500 153</i>	<i>1 500 148</i>	<i>1 500 148</i>	<i>0,0</i>	<i>0,0</i>
Propriedades de investimento	343 447	352 049	365 218	2,5	3,7
Ativos tangíveis e intangíveis	36 739	36 451	37 260	-0,8	2,2
Ativos por impostos diferidos	833 284	854 386	883 818	2,5	3,4
Outros ativos	20 677	27 056	27 029	30,8	-0,1
Total do ativo líquido	3 455 641	3 554 730	3 688 821	2,9	3,8
Passivo	3 118 245	3 211 086	3 332 193	3,0	3,8
Provisões técnicas	3 087 458	3 169 886	3 284 854	2,7	3,6
Provisões matemáticas	3 030 096	3 114 392	3 230 207	2,8	3,7
Subvenções e melhorias de benefícios	57 362	55 494	54 647	-3,3	-1,5
Outros passivos	30 787	41 200	47 340	33,8	14,9
Capital próprio	337 396	343 644	356 628	1,9	3,8
Fundos próprios	43 689	89 086	91 600	>100	2,8
Excedentes técnicos	26 881	15 513	16 770	-42,3	8,1
Reservas e resultados transitados	675 615	226 477	231 270	-66,5	2,1
Resultado líquido do exercício	-408 789	12 568	16 988	>100	35,2
Total do passivo e capital próprio	3 455 641	3 554 730	3 688 821	2,9	3,8

¹ **Projeção do Balanço da atividade recorrente do MGAM**, não considerando possíveis impactos exógenos, como sejam os provenientes dos testes de adequação das responsabilidades, em função do nível em que estiverem as taxas de mercado no final do ano, ou de valorizações ou desvalorizações de carteiras de imóveis ou de participações financeiras.

3.4 Demonstração de Resultados Previsional

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PREVISIONAL

(valores em milhares de euros)

RUBRICAS	2019	2020	2021	Variações (%)	
	Realizado	Estimativa ¹	Orçamento ¹	2020	2021
1. Margem da atividade associativa (1.1 - 1.2)	27 271	72 424	108 755	>100	50,2
1.1 Proveitos Inerentes a Associados	667 765	546 928	585 020	-18,1	7,0
1.2 Custos Inerentes a Associados	640 494	474 504	476 265	-25,9	0,4
2. Variação de provisões técnicas (2.1 - 2.2)	76 124	76 744	110 963	0,8	44,6
2.1 Aumento de reservas matemáticas	702 788	542 998	571 917	-22,7	5,3
2.2 Redução de reservas matemáticas	626 664	466 254	460 954	-25,6	-1,1
3. Resultados inerentes a associados (1 - 2)	-48 853	-4 320	-2 208	91,2	48,9
4. Resultados financeiros	26 659	26 768	29 122	0,4	8,8
5. Custos operativos	32 639	28 662	32 607	-12,2	13,8
6. Outros resultados de exploração	25 031	10 099	11 529	-59,7	14,2
7. Resultado operacional (3 + 4 - 5 + 6)	-29 802	3 886	5 836	>100	50,2
8. Provisões e imparidades líquidas	392 332	408	148	-99,9	-63,8
9. Resultados antes de impostos (7 - 8)	-422 134	3 478	5 688	>100	63,5
10. Impostos (10.1 + 10.2)	-13 345	-9 090	-11 300	31,9	-24,3
10.1 Impostos correntes	3 085	12 012	18 132	>100	51,0
10.2 Impostos diferidos	-16 430	-21 102	-29 432	-28,4	-39,5
11. Resultado líquido do exercício (9 - 10)	-408 789	12 568	16 988	>100	35,2

¹ Projeção da Demonstração de Resultados da atividade recorrente do MGAM, não considerando possíveis impactos exógenos, como sejam os provenientes dos testes de adequação das responsabilidades, em função do nível em que estiverem as taxas de mercado no final do ano, ou de valorizações ou desvalorizações de carteiras de imóveis ou de participações financeiras.

Glossário

A

AM 360º

Visão integrada de todas as informações relevantes dos Associados

App

Abreviatura da palavra inglesa *application*, utilizada para designar uma aplicação móvel, ou seja, um *software* desenvolvido para ser instalado num dispositivo eletrónico móvel, como um telemóvel-*smartphone*.

Ativos

Valores patrimoniais positivos, representativos de créditos, direitos ou bens que uma entidade possui ou tem a haver. Por contraposição, os passivos são valores patrimoniais negativos, representativos de dívidas, obrigações, compromissos ou responsabilidades.

B

Balança corrente e de capital

A balança corrente refere-se à contabilização (ótica da contabilidade nacional) de quanto se recebe e paga ao exterior, por via dos rendimentos de quem trabalha e investe e remessas e outras transferências correntes. A balança corrente desagrega-se na balança de bens e serviços, na balança de rendimentos e na balança de transferências correntes. Quando esta balança apresenta um saldo positivo, ou superavit, indica que aumentaram os ativos sobre o exterior. Quando a balança corrente apresenta saldo negativo, ou défice, indica que a economia do país está a ser financiada pelo exterior.

A balança de capital regista as transferências de capitais que se recebem do exterior e que se pagam ao exterior (por exemplo, investimento direto estrangeiro, créditos recebidos ou diminuições de dívida ao exterior) unilaterais, ou seja, as que não geram fluxo de pagamentos em sentido oposto, entre os residentes no país e o exterior, isto é, os não residentes.

Bunds alemãs

Obrigações do Tesouro emitidas pelo governo alemão.

Business Intelligence

Processo orientado pela tecnologia para analisar dados e apresentar informações úteis para a gestão de um negócio/atividade. Engloba uma ampla variedade de ferramentas, aplicativos e metodologias que permitem às organizações colherem informação de sistemas internos e fontes externas, preparando-a para análise, desenvolvimento de consultas e criando indicadores empresariais mais eficientes.

C

Capitalização

Consiste no cálculo do valor futuro de um montante investido, por um determinado número de períodos, a uma determinada taxa de juro por período.

Check-up

Exame clínico geral para avaliação do estado de saúde de uma pessoa e para rastreio de eventuais doenças ainda não manifestadas.

Código Mutualista ou Código das Associações Mutualistas (CAM)

Diploma que estabelece o regime jurídico das associações mutualistas – Decreto-lei n.º 72/90, que esteve em vigor até 3 de setembro de 2018, data a partir da qual foi substituído pelo novo código CAM – Decreto-lei nº 59/2018, de 2 de agosto.

Consumo privado

Despesa dos particulares, das famílias e dos agentes económicos privados, em bens e serviços usados para a satisfação direta de necessidades.

CRM

Sigla usada para *Customer Relationship Management* (Gestão de relacionamento com o cliente). É uma estratégia de gestão de relacionamento com o cliente (no caso do MGAM do Associado), voltada para o entendimento e antecipação das suas necessidades.

D

Dashboard

Palavra inglesa que significa painel. Apresentação visual das informações mais importantes e necessárias para alcançar um ou mais objetivos de negócio/atividade.

Digitalização

Operação de conversão dos documentos em papel em documentos eletrónicos, sendo a digitalização de processos uma expressão que significa a abolição, ou pelo menos, a acentuada redução da circulação de papel nos procedimentos funcionais ou de trabalho.

E

Economia social

Conjunto de atividades económico-sociais que têm em vista prosseguir o interesse geral da sociedade, quer diretamente quer através da prossecução dos interesses dos seus membros, utilizadores e beneficiários, quando socialmente relevantes (artigo 2º da Lei 30/2013-lei de bases da economia social).

Integram a economia social as cooperativas, as associações mutualistas, as misericórdias, as fundações, as instituições particulares de solidariedade social, as associações com fins altruísticos que atuem no âmbito cultural, recreativo, de desporto e do desenvolvimento local e outras entidades dotadas de personalidade jurídica que respeitem os princípios orientadores da economia social, como sejam: o primado das pessoas e dos objetivos sociais; a adesão e participação livre e voluntária; o controlo democrático dos respetivos órgãos pelos seus membros; a conciliação entre o interesse dos membros, utilizadores ou beneficiários e o interesse geral; o respeito pelos valores da solidariedade, da igualdade e da não discriminação, da coesão social, da justiça e da equidade, da transparência, da responsabilidade individual e social partilhada e da subsidiariedade; a gestão independente e autónoma e a afetação de excedentes à prossecução dos fins das entidades (artigo 5º da lei de bases da economia social).

F

Formação Bruta de Capital Fixo

Rubrica da contabilidade nacional que se refere, grosso modo, ao investimento realizado, público e privado, mais a variação das existências, isto é, saldo dos bens e serviços que já tendo sido produzidos, ou estejam em fase de produção, mas, ainda não foram objeto de transação e que se encontram em inventário.

G

Gastos Gerais Administrativos

Englobam os gastos com Fornecimentos e Serviços Externos e os Gastos com Pessoal.

Governo ou Governance

Governo das instituições ou das empresas e que compreende a forma como os órgãos de gestão, controlo e fiscalização se organizam e atuam, envolvendo o conjunto de processos, políticas e regras inerentes ao exercício das funções de gestão e controlo.

I

IHPC - Índice harmonizado de preços no consumidor (em inglês: *Harmonised Index of Consumer Prices - HICP*)

Indicador de preços utilizado pelos países da União Europeia. A palavra “harmonizado” significa que este indicador mede os preços de um “cabaz” de produtos habitualmente consumidos e que é igual para todos os países membros da União Europeia, ou seja, os produtos que integram os cabazes em cada um desses países são os mesmos.

Inflação

Aumento dos preços dos bens e serviços.

Imparidade

Um ativo fixo (tangível ou intangível) está em imparidade quando a sua quantia recuperável é inferior à quantia escriturada / registada no balanço.

Insurance Distribution Directive (IDD)

Diretiva (EU) 2016/97 do Parlamento Europeu e do Conselho de 20 de janeiro de 2016, cujo principal objetivo é harmonizar as disposições nacionais relativas à distribuição de seguros e resseguros.

M

Margem Associativa

Resulta da diferença entre Proveitos Inerentes a Associados e Custos Inerentes a Associados.

Modalidades mutualistas

Soluções de poupança e proteção associativa que se constituem como regimes complementares de Segurança Social, de iniciativa individual ou coletiva, que conferem benefícios para o Associado que as subscreveu ou para os beneficiários por ele indicados e que têm em vista prevenir contingências, a reforma, as situações de morte, invalidez. As modalidades mutualistas agrupam-se em 2 grandes grupos:

- **Modalidades atuariais**

Destinam-se a garantir um determinado capital ou uma determinada pensão de sobrevivência/velhice, cobrindo as contingências relativas a invalidez e morte.

- **Modalidades de capitalização**

Destinam-se a constituir e valorizar a poupança, com a atribuição de um benefício pecuniário, numa ótica de investimento de médio / longo prazo.

Member-get-Member

Técnica utilizada para crescimento de clientes de uma organização, em que os atuais clientes referenciam potenciais clientes.

O

Obrigações do Tesouro português

Títulos de dívida pública portuguesa.

Outbound

Contactos telefónicos com origem na empresa com o objetivo de contactar os seus clientes. O *outbound* é tipicamente utilizado para prestar informações sobre produtos e serviços e/ou venda desses mesmos produtos

P

PIB – Produto Interno Bruto

Valor final da produção das unidades produtivas residentes no país no período de referência e que pode ser calculado segundo a ótica da produção, da despesa e do rendimento.

Política monetária

Conjunto de decisões tomadas pelo Conselho do BCE – Banco Central Europeu e executadas pela Comissão Executiva do BCE e, de forma descentralizada, pelos bancos centrais nacionais, incluindo o Banco de Portugal, relativas às taxas de juro e à compra e venda de títulos, que têm como objetivo primordial manter a estabilidade de preços, ou seja, a manutenção do poder de compra da moeda. Essas medidas podem ser contracionistas, se tiverem por objetivo reduzir a oferta de moeda e o crédito à economia, aumentando a taxa de juros, ou expansionistas, se, ao invés, o objetivo for o de aumentar o crédito à economia, fomentar os investimentos, promover o emprego e o crescimento económico, como acontece com a política monetária que tem vindo a ser prosseguida pelo BCE, também designada de acomodatória. De facto, as medidas de política monetária que têm sido tomadas pelo Banco Central Europeu são medidas expansionistas, porque visam aumentar o crédito à economia, para financiar os investimentos do setor privado, fomentando, desta forma, o crescimento económico e a geração de novos empregos. Estas medidas têm sido de dois tipos: medidas convencionais, que incidem na definição e controlo das taxas de juro, e medidas não convencionais, que reforçam as primeiras, que se referem ao programa de compras de ativos financeiros e a operações de refinanciamento, com condições especiais.

Power BI

Plataforma de Informação de gestão do MGAM. Trata-se de uma ferramenta de recursos de *Business Intelligence* na qual são elaborados todos os relatórios e *dashboards* de gestão.

Procura interna

Diz respeito à despesa efetuada pela população residente englobando a soma do consumo privado, do consumo público e do investimento bruto

R

Regulamento de Benefícios

Documento, aprovado pela assembleia geral, pelo órgão que tutela as associações mutualistas e registado na Direção Geral da Segurança Social, que contém toda a informação sobre as características, condições de subscrição e direitos inerentes aos benefícios das modalidades mutualistas.

Responsabilidade Social

Ações e medidas que as instituições ou empresas tomam, numa base voluntária, tendo em vista não só os interesses dos seus proprietários, mas, também, os interesses de outras partes com as quais interagem, designadas como **partes interessadas, ou stakeholders**, como sejam os clientes, os colaboradores, os fornecedores e parceiros, as autoridades, as comunidades locais, os concorrentes e a sociedade em geral. Essas ações e medidas têm por finalidade contribuir para uma sociedade mais justa, coesa e para um ambiente mais limpo.

RGPD – Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados

O Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) (UE) 2016/679 é um regulamento do direito europeu sobre privacidade e proteção de dados pessoais, aplicável a todos os indivíduos na União Europeia e Espaço Económico Europeu. O RGPD tem como objetivo dar aos cidadãos e residentes formas de controlar os seus dados pessoais e unificar o quadro regulamentar europeu. Após um período de transição de dois anos, entrou em vigor em 25 de maio de 2018.

Runner

Uma pessoa que pratica a atividade de correr (atletismo / desporto)

S

Sinergia

Conceito que se refere ao efeito de um esforço coletivo, que gera um valor superior ao valor do conjunto das atuações individuais. Trata-se do efeito resultante da ação coordenada de vários agentes com objetivos comuns, designadamente através de cooperação, interação e partilha de conhecimento e de informações, envolvendo todos os departamentos de uma empresa, ou entre um grupo de empresas, para alcançar objetivos comuns de modo mais eficaz e eficientes.

Solvabilidade

Relação entre os capitais próprios e o ativo total.

Solvência II

Regime legal prudencial para as companhias de seguros, introduzido pelas Diretivas 2009/138/EC e diretiva 2014/51/EU que substituiu o regime anterior de Solvência I. Este regime define os requisitos de capital para as companhias de seguros em função dos perfis de risco.

Spreads de crédito ou de dívida

Diferença das *yields* ou taxas de rendimento entre diferentes títulos de dívida, devido à diferente qualidade de crédito, que traduz o *yield* adicional que um investidor pode obter de um título com maior risco de crédito face a outro título com menor risco de crédito. O risco de crédito é o risco de perda em que o investidor incorre se houver incapacidade do emissor do título, ou beneficiário do crédito, de satisfazer as suas obrigações, com o serviço da dívida, para com os credores/investidores.

Staff

Colaboradores que exercem funções centrais de assessoria ou de apoio e desenvolvimento dos processos de gestão e controlo.

Stakeholder

Todos os indivíduos e grupos sociais que de uma forma ou de outra influenciam uma empresa ou são influenciados por ela. São exemplos de *stakeholders* os acionistas, investidores, empregados, concorrentes, sindicatos, governo, etc.

T

Taxa de desemprego

Proporção de pessoas em idade ativa sem emprego e que o procuram face ao total da população ativa (população com emprego, mais a população que procura ativamente emprego e a população que está desempregada).

Taxas de juro Euribor (*Euro Interbank Offered Rate*)

Taxas de juro médias de mercado, que se baseiam na média das taxas de juro praticadas nas operações entre os principais bancos da zona euro e que são divulgadas todos os dias úteis, cerca das 11:00 horas.

Tecnologia Digital

Representação da informação utilizando dispositivos digitais, isto é, dispositivos (computadores portáteis, *tablets*, telemóveis, etc...) que procedem à transmissão, processamento ou armazenamento de sinais digitais, através da transformação de qualquer linguagem, imagens, sons e textos em linguagem binária de zeros e uns (0 e 1). A palavra digital vem do latim – *digitus*, ou dedos, que sempre foram usados para a contagem.

W

Website

Palavra inglesa resultante da conjugação de *web* (rede) com *site* (sítio), que se refere a um conjunto de páginas, ou hipertextos, com informação relativa a uma entidade ou instituição acessíveis na internet.

Workflow

Termo em inglês que significa fluxo de trabalho. Conceito de uma sequência de passos necessários para automatizar processos, de acordo com um conjunto de regras pré-definidas.

Y

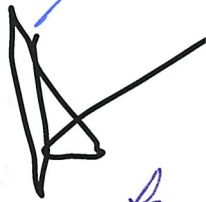
Yield

Para uma obrigação, é a taxa interna de rentabilidade, que consiste em avaliar o retorno futuro da obrigação face ao preço praticado no mercado.

Z

Zona Euro

Conjunto dos Estados-Membros da União Europeia (EU) que adotaram o euro como moeda única em que se inclui: Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos e Portugal.


**Parecer do Conselho Fiscal sobre o Programa de Ação e Orçamento para 2021
(PAO 2021)**

1. O documento em apreço formula uma análise sintética do desempenho verificado, em 2020, em cada um dos 6 eixos estratégicos definidos nas LOE 2019-2021.

Neste ponto, referem-se as principais medidas estratégicas realizadas em cada um dos eixos citados.

No eixo 1, avulta a constituição de Comitês de Apoio ao Conselho de Administração, designadamente, o Comité Estratégico do Grupo e o Comité de Controlo de Custos.

No eixo 2, o objetivo consistente na racionalização e otimização das participações concretizou-se, basicamente, na fusão de empresas ligadas ao setor imobiliário e na racionalização de participações no domínio da gestão de ativos.

No eixo 3, foram desenvolvidos esforços de vinculação e retenção da base de associados, sendo que, a partir de outubro, se tornou possível a admissão de associados sem necessidade de abertura de conta no Banco Montepio.

No eixo 4, para além da revisão (parcial) do Regulamento de Benefícios, foram iniciados estudos visando a criação de uma nova modalidade base de saúde.

No eixo 5, deve destacar-se o lançamento, em maio, do portal “My Montepio” que possibilita uma profunda transformação da relação do MGAM com os seus associados.



Finalmente, no eixo 6, releva-se a implementação da primeira fase da ferramenta *Microsoft Power BI*, enquanto sistema de gestão da informação do MGAM.

2. Quanto aos principais indicadores de desempenho em 2020, salientam-se os seguintes aspetos:

- A base de associados atingiu, no final de outubro, mais de 596.000 associados, parecendo refletir uma certa estabilização, iniciada a partir do 1º semestre do ano. A previsão para o final do ano aponta para cerca de 600.000 associados, quedando-se, apesar de tudo, abaixo do objetivo orçamentado;
- Os proveitos inerentes a associados atingiram, até outubro, o montante de 475M€ (valor acima do previsto). Estima-se alcançar, no final do ano, o valor de 547M€ (91 M€ acima do valor objetivo);
- Por seu turno, os custos inerentes a associados registaram um valor de 386M€, estimando-se a ocorrência de um agravamento, até final do ano, para 475M€, devido, nomeadamente, ao impacto deletério de notícias sobre a instituição;
- Por isso, a margem associativa, que totalizava quase 90M€, não deverá ultrapassar 72 M€ no final do ano, situando-se, ainda assim, acima do valor orçamentado (61M€);
- No final de 2020, o ativo deverá atingir o valor de 3.555M€, o que representa uma variação de mais 2,9% relativamente ao valor de 2019;
- Os resultados recorrentes da atividade mutualista, com exclusão de efeitos resultantes de impactos exógenos, deverão situar-se em torno dos 12,6M€. Para esta estimativa,

Im
A
S

concorrem, basicamente, a melhoria dos resultados inerentes a associados, os resultados financeiros e a redução dos custos de atividade (menos 12%);

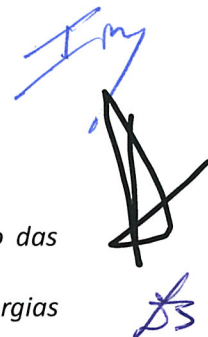
- Os rácios de desempenho deverão evidenciar, no final do ano, melhorias face a 2019, mormente no tocante à cobertura das responsabilidades (ativos líquidos/provisões técnicas) que deverá atingir 17,8% (mais 1.6 p.p. do que em 2019).

3. Como se refere no texto, o PAO 2021 visa, no essencial a concretização de medidas que estão por implementar (e, até, por iniciar) no quadro das LOE 2019-2021.

Neste ponto, reproduz-se o que se expôs no parecer do Conselho Fiscal sobre as referidas LOE:

“ Sendo certo que todos os eixos estratégicos são importantes, entende-se que importa conferir prioridade aos 3 primeiros eixos (eixo 1- preparar a adaptação aos novos requisitos regulatórios; eixo 2 – prosseguir a racionalização e o alinhamento estratégico do Grupo e eixo 3- aumentar e vincular os associados e incrementar as receitas associativas).

No eixo 1, perfilam-se três linhas de orientação fundamentais: concretizar as alterações de correntes dos novos Estatutos (nomeadamente, a implementação do novo Regulamento Eleitoral e a eleição da Assembleia de Representantes), prosseguir a adaptação do sistema de governação e controlo interno (através, nomeadamente, da atuação dos Comités de Auditoria, de Risco e de Investimento) e implementar o Plano de Convergência para o novo regime de supervisão.



No eixo2, pontificam a racionalização do Grupo, o reforço do alinhamento estratégico das empresas que o constituem com as finalidades e valores mutualistas e a obtenção de sinergias no seio do Grupo.

No eixo 3, avultam as ações de captação e retenção de associados, a sua vinculação e participação associativa e, claro, o aumento das receitas associativas”.

4. No concernente aos objetivos orçamentais, prevê-se, como já se referiu, que o número de associados ascenda a 602.000 em 2021, devendo as receitas associativas atingir 585M€ (a modalidade MCC representa quase 350M€) e os reembolsos e vencimentos programados alcançar 460M€.

Os indicadores económico financeiros revelam-se, em geral, satisfatórios, destacando-se os rácios de liquidez e liquidez alargada, que aumentam 1,4 p.p. e 2,1 p.p., respetivamente, em relação a 2020.

Também se regista uma melhoria evidente no rácio “custos operacionais/produto da atividade (menos 3,3 p.p. relativamente a 2020) e na rentabilidade do ativo, que passa de 0,4% em 2020 para 0,5% em 2021.

5. O balanço previsional mostra que, entre 2021 e 2020, o ativo regista um aumento de 3,8%, atingindo em, 2021, o valor de 3.689 M€.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

O passivo, por seu turno, aumenta em igual medida (3,8%), alcançando 3.332 M€ em 2021, sendo que as provisões técnicas aumentam 3,6%, representando 98,6% do passivo.

O capital próprio montará, em 2021, a cerca de 357M€ (mais 3,8% do que em 2020).

O resultado líquido do exercício deverá ascender a 17 M€, contra 12,6M€ em 2020, o que representa um aumento superior a 35%.

6. A demonstração de resultados previsional aponta para um valor da margem associativa, em 2021, de quase 109M€ (mais 50% do valor registado em 2020).

O resultado operacional deverá atingir, em 2021, 5,8 M€ (igualmente, mais 50% do valor atingido em 2020), sendo que o resultado antes de impostos deverá alcançar 5,7 M€ (mais 63,5% do que em 2020).

Finalmente, como já foi referido, o resultado líquido do exercício de 2021 montará a 17M€ (mais 35,2% do que o ocorrido no ano de 2020).

7. A concluir, o Conselho Fiscal considera que o PAO 2021 está perfeitamente alinhado com as LOE 2019-2021 revistas, devendo merecer a aprovação da Assembleia Geral.

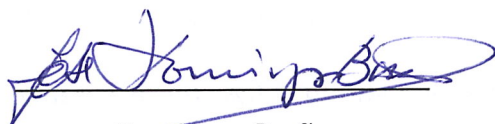
Lisboa, 14 de dezembro de 2020

[Handwritten signature]

Ivo Pinho

[Handwritten signature]

Ana Jarfouche



Domingos Barão